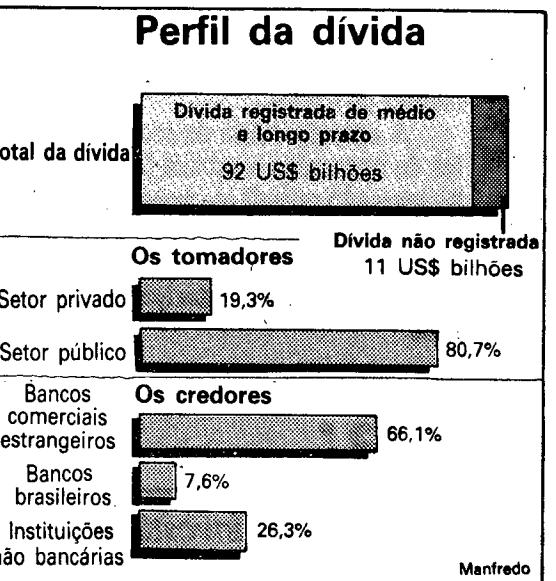


Governo decide negociar dívida sob pressão de juro



Os juros da dívida externa que serão pagos aos credores internacionais, este ano, no volume de cerca de 13 bilhões de dólares, representam 6% do Produto Interno Bruto brasileiro ou mais precisamente 5,96%. Segundo estimativa do Banco Central, em fins de 1984 o PIB estava em 218 bilhões de dólares. Para pagar esses juros, se não contasse com empréstimos de instituições multilaterais, investimentos diretos e créditos comerciais, o Brasil este ano teria que destinar mais do que o superávit comercial que, de acordo com as projeções do Banco Central, deve chegar a 11,5 bilhões de dólares. Como as exportações totais do país estão estimadas em 26 bilhões de dólares, 50% da receita proveniente das vendas dos produtos brasileiros no exterior estariam sendo canalizados para o pagamento dos juros da dívida externa aos bancos internacionais, governos dos países industrializados e instituições multilaterais. Fazendo-se uma conta aritmética simples e deixando-se de lado a norma contábil internacional segundo a qual os valores em cruzeiros, para serem convertidos em dólar, não podem ser multiplicados pela taxa de câmbio em vigor (a conta é bem mais complicada, porque a multiplicação é feita pela taxa média de câmbio durante determinado exercício), chegar-se-ia, ainda, às seguintes comparações: os juros da dívida externa, que pela taxa de câmbio oficial representam Cr\$ 67 trilhões, são praticamente a metade da dívida interna em títulos públicos, que está em cerca de Cr\$ 130 trilhões. E constituiriam, ainda de acordo com essa conta aritmética simples, 79,7% do déficit governamental revelado pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, na Câmara de Deputados, no montante de Cr\$ 84 trilhões.

Brasília — O Governo está decidido a propor a renegociação da dívida externa, esperando a compreensão dos bancos credores internacionais para a dramática situação da economia nacional, dentro de um quadro de crise abrangente, para alívio do asfixiante compromisso do pagamento anual de juros que alcançam a vertiginosa cifra de 13 bilhões de dólares.

Esgotada a trégua de 90 dias obtida pelo Governo, a renegociação será encaminhada com uma exposição objetiva, correta e minuciosa de herança legada pelos desmandos irresponsáveis do Governo do Presidente João Figueiredo para justificar a conclusão séria e firme: o Brasil reconhece a dívida, mas não tem condições de saldar os compromissos sem a revisão de prazos e de condições.

Um terço

A pretensão do Governo, reconhecidamente difícil, é obter um reescalonamento dos serviços da dívida externa para a redução do pagamento anual de cerca de um terço dos juros. Pelas estimativas do Governo, a economia nacional suportaria o pagamento de cerca de 9 bilhões de dólares anuais, dos 13 bilhões do total de juros devidos.

O Governo reconhece que a renegociação da dívida não será encaminhada em termos ortodoxos mas dentro de uma visão política. O País necessita retomar o desenvolvimento para estimular a criação de empregos e aliviar a tensão social. Ora, não é possível continuar a sangrar a economia até a sua exaustão para apenas pagar juros sem reduzir o montante da dívida.

Espera o governo que a franqueza da exposição que está sendo montada, com um levantamento preciso e verdadeiro da situação caótica a que o País foi conduzido pelos desmandos de administrações anteriores, impressione os credores internacionais. É evidente que são esperadas resistências e dificuldades. Mas o País não tem outra saída senão apelar, num primeiro movimento, para a renegociação amistosa. Esbarrando em incompreensão, o Governo terá que endurecer a posição, mesmo correndo os riscos facilmente previsíveis.

Credibilidade

Antes de sentar à mesa de renegociação da dívida, o Governo pretende conquistar sólida credibilidade, dizendo a verdade que foi escamoteada durante anos de versões fabricadas ao sabor dos interesses políticos dos ocupantes do poder. Mas, principalmente, começando por cortar na carne, para botar a casa em ordem.

A dívida interna é muito menos preocupante, na medida em que o Governo considera que ela poderá ser gerida com competência se forem restabelecidos os padrões de austeridade na

administração pública. O esforço governamental vai se concentrar em duas frentes simultâneas: deter a orgia de gastos das estatais, principal fonte geradora do déficit, e imprimir um mínimo de racionalidade e eficiência à máquina burocrática. O serviço público caiu a níveis degradados de ineficiência, baixa produtividade e desinteresse por falta de estímulos. A situação precisa ser corrigida com urgência.

O Governo estrutura-se para efetuar cortes drásticos no orçamento das estatais, objetivo prioritário da mobilização do setor econômico, pois é na administração indireta que se localizam os grandes desperdícios. A absoluta ausência de controle transformou as estatais em verdadeiros monstros onde se aninharam todas as distorções imagináveis. O Governo não pode pleitear a boa vontade dos credores internacionais sem dar exemplo e começar por severa reforma de hábitos arraigados em anos de dissipaçao.

Atendidas as prioridades políticas, o Presidente José Sarney programa uma dedicação integral aos problemas econômicos e administrativos, para atender a urgência e gravidade dos desafios que o Governo recebeu como herança da irresponsabilidade do árbitrio e injetar no país a confiança necessária à retomada do desenvolvimento.

Greves

Mas o Governo necessita de compreensão e tranquilidade também na sua frente doméstica. As greves estão causando uma profunda apreensão. O Presidente José Sarney sustenta nos conselhos internos do Planalto que o Governo fez o que devia e o que podia. Mandou um recado que deve ser entendido por empregados e empregadores.

O Governo simplesmente não aceita "que a sociedade pague a conta das greves". Por isso não repassa para o CIP os custos do atendimento das reivindicações dos empregados. E, em contrapartida, também não atenderá os empregados fazendo pressão sobre os patrões para que aceitem as suas exigências.

Mas o Governo sente que a sua autoridade não pode ser desmoralizada. É responsável pela manutenção da ordem pública e não pode ser tolerante com os excessos.

Na avaliação do Palácio do Planalto, o problema é estadual e não federal. E, no caso das greves, 65% localizam-se em São Paulo. Portanto, depende da energia do Governo de Franco Montoro coibir e impedir desordens sem desrespeitar a legitimidade do direito de greve. Em São Paulo, nas hesitações do Governo estadual, localiza-se a principal área de preocupação do Presidente José Sarney.